



J. Freitas



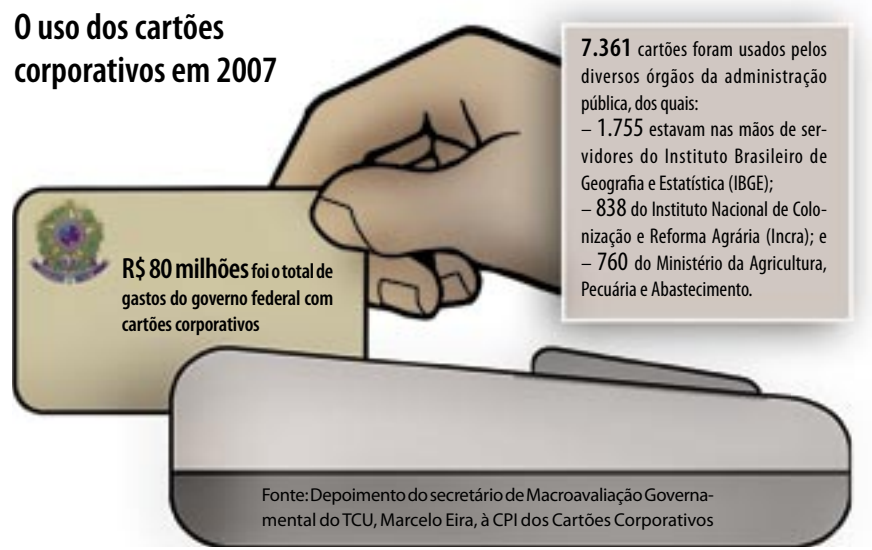
Márcia Kallume

CPI dos Cartões Corporativos realizou audiências, como a que ouviu o ex-ministro Paulo Paiva (dir., ao lado da presidente, Marisa Serrano, e do relator, Luiz Sérgio)

## Procurador sugere maior controle no uso de cartões

Em meio a críticas pela falta de quebra de sigilos, CPI dos Cartões Corporativos toma primeiros depoimentos, enquanto parlamentares divergem sobre abertura de gastos de cartões da Presidência

### O uso dos cartões corporativos em 2007



Por ser uma forma prática e fácil de gastar o dinheiro público, o uso de cartões de crédito corporativos precisa de fiscalização mais rígida. Essa foi a opinião manifestada à CPI dos Cartões Corporativos pelo procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Marinus Marsico. Ex-ministro do Planejamento, Paulo Paiva defendeu cartões, mas condenou saques em dinheiro. **Páginas 4 a 6**

### Atores pedem lei específica de apoio ao teatro

Atores e produtores teatrais defendem em audiência pública a aprovação de lei de incentivo ao teatro. Um dos argumentos é que a Lei Rouanet, que canaliza recursos para a cultura por meio de benefícios fiscais, não atende ao setor. **Página 3**



José Cruz



José Cruz



José Cruz

Senadores pedem melhor distribuição da água **Página 8**

Garibaldi: "ameaça" de Lula se refere ao uso de MPs **Página 6**

Dornelles tem alternativa à reforma tributária **Página 7**

Os atores Odilon Wagner, Sérgio Mamberti e Beatriz Segall participam da audiência pública na Comissão de Educação

Marley Bisol, Eduardo Barata, Regina Duarte, Cristovam Buarque, Celso Frateschi e Fernanda Signorini debatem benefícios para o teatro



José Cruz



Temas como saúde, segurança, igualdade de tratamento e combate à discriminação deverão ser debatidos pela CAS

## Comissão poderá realizar debate sobre violência contra idoso

A realização de uma audiência para discutir a violência contra o idoso foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS). O requerimento será analisado hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Temas como saúde, segurança, igualdade de tratamento e não-discriminação deverão ser debatidos.

José Nery (PSOL-PA) também terá requerimento de sua autoria examinado pela CDH. Ele pede realização de audiência na comissão com a promotora pública do município de Tailândia (PA), Ana Maria Carvalho, que se encontra ameaçada de morte por denunciar esquema de fraude destinado a acobertar o desmatamento da floresta na região. Também está na pauta projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga entidades que cuidam de crianças e adolescentes a contar, em seus quadros, com pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos (PLS 417/07). A matéria receberá decisão terminativa e conta com voto favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O colegiado analisa ainda proposição de Paim sobre veiculação de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. O texto recebeu voto favorável do rela-



**Paim solicita realização de audiência para buscar formas de combater maus-tratos**

tor, Flávio Arns (PT-PR).

### Isenção de IPI

A comissão poderá votar outro projeto de Crivella, que torna as pessoas com deficiência auditiva isentas da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis. O parecer de Arns é favorável à proposição (PLS 646/07). Se aprovada pela CDH, a matéria será votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa. A CDH examina projeto de lei que inclui as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual. O autor do projeto (PLS 339/07), que receberá decisão terminativa, é Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador Flávio Arns será o relator.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem pauta trancada por MPs

A sessão de hoje é deliberativa e tem início às 14h. A pauta está trancada por quatro projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. O primeiro item é o projeto de lei de conversão que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 359,5 milhões (PLV 3/08).

### Suspensão de serviços de telecomunicação

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota, às 8h45, pauta de 24 itens, entre os quais está projeto que concede direito à compensação, em 40 dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços públicos de telecomunicações, e 17 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão de funcionamento de emissoras de radiodifusão.



### Indicações para o Conselho Nacional de Justiça

A indicação do ministro Gilmar Mendes, futuro presidente do Supremo Tribunal Federal, para também presidir o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será analisada, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Será votada ainda a indicação de Marcelo Rossi Nobre para compor o CNJ. Entre os 20 itens em pauta, estão ainda as sete propostas de emenda à Constituição que tratam da suplência de senador.

### Exames preventivos em discussão na CAS

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota substitutivo a seis projetos de lei que determinam a realização de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas e tornam obriga-

tórios testes destinados à identificação de problemas congênitos em recém-nascidos. Na pauta de dez itens, está o projeto sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

### CDH analisa proposições sobre crianças, idosos e deficientes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se às 9h para analisar três requerimentos e seis projetos de lei. Entre os projetos, dois tratam do Estatuto da Criança e do Adolescente, dois sobre portadores de deficiência e os outros dois sugerem melhorias para os idosos.

### Projeto sobre o TCU na Comissão de Orçamento

O requerimento que propõe exame de constitucionalidade de um projeto que afeta o Tribunal de Contas da União (TCU) é uma das proposições que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve analisar e votar a partir das 14h30.



**Antonio Carlos Júnior: "Um ditador não se expressaria de forma mais clara"**

## Para ACM Júnior, presidente atropela a democracia

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou ontem o presidente Lula por estar, no entender do senador, fazendo declarações contrárias ao convívio democrático. Na mais recente, dada ontem, em Mato Grosso do Sul, Lula afirmou ser "humanamente impossível" governar sem a utilização de medidas provisórias.

– Relevem a forma, que não é minha, mas é preciso dizer que um ditador não se expressaria de forma mais clara e direta – frisou o senador, ao citar declaração de Lula na qual o presidente afirma entender que "o governo precisa agir mais rapidamente do que o tempo das discussões democráticas que são necessárias acontecer no Congresso".

Para Antonio Carlos Júnior, é preciso colocar um ponto final no hábito que o presidente Lula tem de acusar o Poder Legislativo de não trabalhar. Ele também disse que o presidente, a pretexto de acelerar ações governamentais, freqüentemente atropela "o Congresso e a democracia".

– Este Plenário aguarda que Vossa Excelência nos lidere nesta cruzada pela retomada do papel constitucional do Poder Legislativo – observou o senador, dirigindo-se ao presidente do Congresso, Garibaldi Alves.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes, Mário Couto e Mão Santa



Ideli: o Brasil tem hoje o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo

## Ideli quer aprovação de medida que capitaliza o BNDES

A aprovação da medida provisória que capitaliza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi defendida, em Plenário, pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A parlamentar relatou visita feita pelo presidente do banco, Luciano Coutinho, a Santa Catarina para falar do papel da instituição no crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Ideli disse que Luciano Coutinho apresentou dados sobre os desembolsos do BNDES, que teriam crescido substancialmente a partir de 2004: apenas nos dois primeiros meses de 2008, o banco já emprestou cerca de R\$ 67 bilhões, além de ter o equivalente a R\$ 105 bilhões em projetos aprovados.

– Mas o dado que mais nos surpreendeu foi que o BNDES é hoje o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo, ficando atrás apenas do banco de desenvolvimento da União Européia. Os R\$ 67 bilhões já liberados pelo BNDES são mais que o dobro do que o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e o Banco Mundial desembolsaram juntos em todo o mundo – comemorou a senadora.

Ideli Salvatti também registrou que o PIB do estado de Santa Catarina cresceu 8,3% no ano passado – índice superior ao obtido pelo Brasil.

Audiência debateu a criação de legislação específica para setor, semelhante à Lei do Audiovisual. Participaram, entre outros, Regina Duarte, Sérgio Mamberti e Beatriz Segall

# Atores e produtores pedem lei de incentivo ao teatro

Assim como o cinema, que já conta com a Lei do Audiovisual, o teatro também deve ter uma norma legal própria de estímulo ao setor. Essa foi a posição defendida ontem por atores e produtores teatrais, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. No debate, apenas o presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Celso Frateschi, levantou dúvidas a respeito da proposta.

Primeiro a defender a proposta, o advogado e ex-ministro da Cultura Luiz Roberto Nascimento Silva apontou o “esgotamento” da Lei Rouanet e disse que o atual instrumento de benefícios fiscais para a cultura não atende às necessidades do teatro. Ele sugeriu a aprovação de uma lei que institua a Secretaria Nacional de Teatro, primeiro passo para uma futura Agência Nacional das Artes Cênicas, inspirada na Agência Nacional do Cinema (Ancine).

A atriz Regina Duarte recorreu a um exemplo familiar para sustentar o mesmo ponto de vista. Ela afirmou que seu filho estava saindo de casa, apesar do amor e da liberdade com que conta atualmente, porque pretendia ter sua própria vida e contar com um relacionamento de qualidade com a mãe, quando fosse visitá-la.

– Sinto que essa lei é um pouco isso: o teatro está querendo sair de casa e morar sozinho, porque hoje muitas vezes ele fica ali, perdido – destacou Regina Duarte.

Representante do Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul, Marley Bisol Caprara Danckwardt considerou o debate sobre a lei um “ponto de partida”. Para



Marley, Barata, Regina Duarte, Cristovam, Nascimento Silva, Frateschi e Signorini no debate

ele, é preciso um programa de apoio ao desenvolvimento teatral no país, além da ampliação da rede nacional de teatros. Por sua vez, a produtora teatral de São Paulo Fernanda Signorini recordou que o teatro “ainda não é auto-sustentável”. Por isso, observou, é preciso debater alternativas para o setor.

### Ingressos caros

O presidente da Funarte concordou com a avaliação de que o atual “arcabouço legal” da área cultural seria “muito frágil”. Celso Frateschi questionou, porém, a necessidade de se criar um órgão novo, como a Secretaria Nacional do Teatro, ou mesmo a aprovação de uma lei que conte com incentivos semelhantes aos da Lei Rouanet. Ele observou ainda que 80,5% dos recursos obtidos com a atual legislação destinam-se ao Sudeste e apenas 0,4% ficam no Norte. Também criticou produtores que cobram ingressos muito caros.

A crítica foi respondida pelo presidente da Associação dos Produtores Teatrais do Rio de Janeiro, Eduardo Barata, que citou o sucesso da Lei do Audiovisual como argumento para a criação de uma lei própria para o teatro.

– Não somos burguesinhos que

ficamos em nossos escritórios tomando uísque. Somos trabalhadores do teatro, empregamos pessoas e pagamos impostos – reagiu.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu a inclusão, em uma futura lei, de maior integração entre teatro e educação básica, para estimular o surgimento de novos artistas. A idéia recebeu o apoio do presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Quando toda criança tiver teatro e cinema na escola, nem será necessária uma Lei Rouanet, pois haverá uma demanda natural por atividades artísticas – previu Cristovam.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a importância do teatro na sua formação durante a juventude e disse esperar que a atividade cresça em todo o país. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que era “de início” a favor da nova lei, mas que poderia discutir o aperfeiçoamento da atual legislação. Por sua vez, Paulo Paim (PT-RS) concordou quanto à necessidade de se criar um “espaço qualificado” para o teatro no país.

A audiência foi acompanhada por atores e atrizes como Sérgio Mamberti e Beatriz Segall.

## Informativo do CNJ é elogiado por Virgílio e Azeredo

O lançamento do *Informativo de Jurisprudência (Infojuris)*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi elogiado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O senador defendeu ontem o requerimento – de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM), entre outros – solicitando voto de aplauso à presidente do conselho, ministra Ellen Gracie Northfleet, e ao corregedor do CNJ, ministro César Asfor Rocha, pela publicação.

– O Conselho Nacional de Justiça tem funcionado bem; foi realmente uma boa inspiração – disse Azeredo.

### Pesar

Romeu Tuma (PTB-SP), por sua vez, apresentou voto de pesar pela morte do fundador do grupo Pão de Açúcar, Valentim Diniz dos Santos Diniz, no último domingo, aos 94 anos, em decorrência de falência múltipla de órgãos.

Tuma elogiou a determinação de Valentim Diniz e afirmou que o empresário lutou “com suas próprias mãos” e construiu o que hoje é um dos maiores grupos de varejo do país. O grupo Pão de Açúcar se originou de uma doceria, fundada em 1948, disse.

Já Magno Malta (PR-ES) lamentou a morte, aos 84 anos, de dona Ignez Cola, esposa do empresário Camilo Cola, dono da empresa de transporte rodoviário Itapemirim.

– Quem gera emprego, gera honra. Quem dá trabalho, dá honra – disse o senador, ao homenagear os 50 anos em que Ignez Cola trabalhou ao lado do marido.

## Mão Santa lê mensagem de empresários contra proibição de venda de bebidas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário mensagem da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, parabenizando-o por discurso que proferiu no dia 10 deste mês, condenando a medida provisória (MP 415/08) que proibiu a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias.

Na carta ao senador, o presi-

dente da federação, Norton Luiz Lenhart, lembrou que a entidade congrega 61 sindicatos em todo o país, representando 1,2 milhão de empresas e gerando mais de 8 milhões de empregos diretos.

Mão Santa argumentou que a medida irá gerar desemprego no setor e trazer prejuízos à economia dos estados e municípios. No entendimento do parlamentar,

existem alternativas à proibição que deveriam ser discutidas com mais profundidade, visando reduzir o número de acidentes com veículos nas estradas. Conforme ponderou, hotéis, restaurantes e bares também vendem outros produtos e serviços além de bebidas alcoólicas. Mas o serviço que prestam inclui o vinho, a cerveja e outras bebidas.

– Não estou incitando ninguém a beber; não confundam. Esses empreendimentos são constituídos por famílias decentes, que tiraram empréstimos para se sustentar. Estou retratando apenas o caos que a MP pode causar – declarou o senador piauiense, mostrando ao Plenário outras mensagens de empresários apoiando seu protesto.



O que falta para os motoristas deixarem de beber é a fiscalização, diz Mão Santa



Primeiros depoimentos demonstram que, por ser um meio que facilita os gastos públicos, cartões corporativos devem ter controle amplo. Enquanto isso, governo e oposição disp

## Na Presidência não haveria despesas pessoais

A chefe da 6ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Vanda Romano da Silveira, afirmou à CPI dos Cartões Corporativos que, em três auditorias feitas, o TCU não encontrou entre os gastos de funcionários da Presidência da República “ocorrência de despesas que pudessem ser identificadas como de cunho irrestritamente pessoal”.

A Presidência começou a usar cartões corporativos em setembro de 2002. Os gastos, disse a secretária, têm peculiaridades, já que a compra de gêneros alimentícios e bebidas sofisticados para recepções, por exemplo, pode ser necessária.

Segundo Vanda, a auditoria indicou também que a “grande pulverização de gastos” torna importante que o controle dos pagamentos seja feito pelo próprio órgão gestor, sistemática que vem sendo aprimorada.

Ela informou ainda que foram identificados erros esporádicos, basicamente “enquadramento indevido de suprimento de fundo” e notas irregulares. O TCU recomendou maior restrição aos saques em espécie, reexame da necessidade de locação de veículos e melhor especificação na compra de gêneros alimentícios. O resultado foi encaminhado ao Ministério Público para mais investigações.

– Chegamos à conclusão de que a inidoneidade das notas poderia ser de responsabilidade do fornecedor. Percebemos ainda indícios de que serviços não tinham sido prestados, mas, por limitações do tribunal, não tínhamos como quebrar sigilo da empresa e verificar se houve repasse dos recursos – disse.

Também participou da reunião o secretário de Macro-Avaliação Governamental do TCU, Marcelo Luiz de Souza da Eira, que informou que o TCU identificou um “crescimento gradual, não muito acentuado, nas despesas com suprimento de fundos”, de modo proporcional ao aumento do restante dos gastos do governo.



Da esquerda para a direita: o deputado Luiz Sérgio, a senadora Marisa Serrano e o deputado Marcelo Melo, respectivamente relator, presidente e vice-presidente da CPI, observam depoimento da auditoria.

## É preciso controle mais rígido dos cartões, afirma procurador

“Os cartões corporativos se tornaram uma maneira muito fácil de se gastar. Mas, sendo assim, é preciso que o controle também seja mais rígido.” A opinião é do procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Marinus Eduardo de Vries Marsico, que ontem prestou depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Cartões Corporativos.

Autor do pedido de liminar para que o TCU suspendesse provisoriamente a utilização dos cartões corporativos por funcionários do governo, Marinus Marsico relatou aos parlamentares da CPI que o foco do Ministério Público nunca foi analisar os dados relativos às despesas com os cartões, mas apenas a sistemática de uso desse meio de pagamento. No entanto, informou, a partir do momento em que foram encontradas algumas despesas consideradas, segundo o procurador, “impróprias”, passou-se a analisar também esses gastos.

– Observamos também a utilização do cartão para fraciona-

mento de despesas que poderiam ser feitas por meio de licitação e ainda o recebimento de notas fiscais não idôneas, frias. Isso nos levou a uma maior observação da sistemática do uso dos cartões corporativos – explicou Marinus Marsico.

### Problemas

Entre os maiores problemas encontrados pelo Ministério Público está, segundo o procurador, a falta de controle na distribuição dos cartões corporativos. Para Marinus Marsico, esse encargo ficava por conta do ordenador de despesas de cada órgão, sem que houvesse algum tipo de exigência para tal. Além disso, o MP também estranhou o fato de algumas despesas não estarem mencionadas, por serem consideradas sigilosas.

– Não consigo vislumbrar como um cartão corporativo pode ser usado para gastos sigilosos – afirmou o procurador.

Conforme o procurador, o Ministério Público resolveu

aprofundar a investigação com relação às despesas depois dessas constatações.

– É preciso verificar as pessoas que utilizam individualmente esses cartões e punir aquelas que não o usam de forma adequada – enfatizou o procurador.

Já o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Jorge Pereira de Macedo, fez um breve histórico da competência do tribunal com relação ao controle externo.

Jorge Pereira lembrou que cabe aos funcionários públicos servir ao interesse público com justiça e prestar contas de suas atividades. Com relação à fiscalização de gastos do erário público, ele afirmou que cada recurso aplicado indevidamente e recuperado pela instituição por meio do controle retorna em benefício da sociedade.

– Para cada um real aplicado no TCU, outros cinco reais e vinte centavos voltam em benefício da sociedade – ressaltou.

### Procurador aponta falta de controle na distribuição de cartões corporativos por ordenadores de despesas

## Uso de cartões em universidades e no MP

A CPI dos Cartões Corporativos poderá investigar, também, o uso dos cartões de crédito por universidades federais e pelo Ministério Público (MP). O deputado Silvío Costa (PMN-PE) informou ontem que irá apresentar requerimento de informações com esse objetivo.

De acordo com Marcelo Luiz de Souza da Eira, da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, a Universidade de Brasília (UnB) é a instituição federal de ensino superior que mais usa cartões corporativos (266). Em segundo lugar vem a Universidade Federal do Paraná, com 64 cartões. Segundo Eira, todas as demais universidades federais usam menos de 60 cartões cada uma.

Ainda segundo o secretário do TCU, entre os 7.361 cartões corporativos utilizados por servidores federais em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizou o maior número (1.755 cartões), seguido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (838), e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (760).

Em resposta ao senador João Pedro (PT-AM) sobre os ajustes necessários nessa sistemática de crédito, Marcelo da Eira opinou que, mais do que estipular um número adequado, deve-se buscar avaliar a necessidade do uso dos cartões. Ele também ressaltou que o governo federal tem cumprido as recomendações do TCU para melhorar o controle dos gastos públicos.



abertura de informações sobre gastos da Presidência da República com cartões, tema que será debatido na próxima semana com representantes da área de inteligência



do TCU Vanda da Silveira, ao lado do procurador Marinus Marsico. Na foto menor, o ex-ministro Paulo Paiva defende uso de cartão, mas não para saques

## Quebra de sigilo de gastos da Presidência domina debates na CPI

A possibilidade de serem tornados públicos os gastos de funcionários da Presidência da República com cartões corporativos foi a questão mais discutida ontem pelos integrantes da CPI dos Cartões Corporativos. Na reunião, foram ouvidos representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público junto ao TCU.

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), pediu o adiamento da discussão para o próximo dia 26, quando a comissão se reunirá para votar requerimentos, inclusive pedidos de acesso a informações sigilosas. No dia 25, informou Marisa, a CPI mista deverá ouvir o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e discutir as solicitações de acesso dos parlamentares a dados da Presidência.

– Esta é apenas a segunda reunião e já estamos tendo oitavas. Semana que vem vamos começar a receber documentos. Na próxima semana quero fazer mais três reuniões. Peço que esperem mais uma semana – disse.

O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), relator da CPI, ressaltou que a comissão deve investigar e aprovar quebras de sigilo sem ferir a legislação ou as recomendações do Supremo Tribunal Federal.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) considerou inadequada a existência de gastos sigilosos

na Presidência. Para o senador, todas as despesas do poder público deveriam ser abertas. Marconi disse ainda considerar “muito limitadas as amostragens de investigação pelo TCU”.

Em resposta, Marcelo Luiz de Souza da Eira, da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, ressaltou que as amostras são bastante representativas, mas reconheceu que poderiam ser maiores se o TCU tivesse estrutura para isso.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) condenou o argumento da existência de gastos sigilosos. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também externou temor sobre o rumo das investigações, mas disse acreditar que a presidente e o relator “farão todos os esforços para que sociedade saiba quem está tentando evitar a elucidação” dos fatos.

José Nery (PSOL-PA) manifestou sua confiança de que a comissão investigará o uso indevido dos cartões. O senador disse não acreditar que a comissão permita a blindagem de pessoas, impeça o acesso a informações sobre gastos ou dificulte a convocação de autoridades.

O senador João Pedro (PT-AM) destacou os avanços alcançados pelo governo na prestação de contas públicas com o Portal da Transparência e defendeu rigor no uso e no controle dos cartões.

## Ex-ministro diz que não permitiria sacar dinheiro

Co-responsável pela elaboração do Decreto 2.809/98, que permitiu a utilização de cartões de crédito corporativos por funcionários do governo federal, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro Paulo Paiva, do Planejamento, Orçamento e Gestão, disse à CPI que investiga o uso

abusivo desses cartões, que não permitiria o saque em dinheiro por ser uma alternativa que possibilita menos fiscalização sobre o uso indevido.

– Eu não permitiria essa opção – afirmou.

Paulo Paiva lembrou que o decreto permitiu a utilização dos cartões de crédito corporativos exclusivamente

para a compra de passagens aéreas com desconto e diárias, para que o governo aproveitasse um benefício de mercado amplamente utilizado pela iniciativa privada e que possibilitaria a redução dos gastos com viagens de funcionários públicos.

O ex-ministro defendeu a manutenção dos cartões por

serem instrumentos modernos e eficientes e por permitirem maiores controle, transparência e economia de dinheiro público. Ele observou que o uso dos cartões deveria ser monitorado por um mecanismo de gestão de risco para melhorar o gerenciamento e obter maior controle social para garantir a transparência.

## Marisa rejeita acusação de farsa nas investigações

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano, afirmou ontem que não há farsa na comissão e nem há clima de desconfiança entre governistas e oposicionistas. Segundo ela, a exemplo de outras investigações, a qualquer momento um fato, uma pessoa ou uma informação pode mudar o rumo dessa CPI.

– Se tivermos paciência e perseverança, vamos dar à sociedade o que ela tem direito de saber: o que é feito com seu dinheiro – frisou a parlamentar.

Marisa Serrano ressaltou também que não é possível ter dados considerados sigilosos vetados à análise do Congresso. Se as informações têm realmente caráter restrito, a CPI deve ter o cuidado de não deixar vaziar para o público, recomendou.

A senadora assegurou ainda que todos os envolvidos serão ouvidos, inclusive a ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, e que todos os requerimentos serão votados.

## Relator ainda não vê motivo para a quebra de sigilos

O relator da CPI dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), disse que, mesmo com o que já se sabe sobre o uso abusivo dos cartões, por meio das investigações do Ministério Público, do TCU e dos dados do Portal da Transparência, ainda não vê motivo para solicitar quebras de sigilos fiscal, telefônico ou bancário de ninguém. Ele ressaltou que a dinâmica da CPI é que vai determinar a necessidade.

– Não se trata de ser contra a quebra de sigilo. Não estamos aqui para proteger

e nem para perseguir. A quebra de sigilo não pode ser pedida aleatoriamente, colocando todos sob suspeita – afirmou.

Ainda assim, as investigações podem prosseguir.

– Tivemos uma ministra [Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial] que foi exonerada sem precisar quebrar sigilo.

O relator anunciou que os dados sigilosos serão discutidos na próxima reunião, com autoridades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

## CPI das ONGs toma depoimentos sobre uso de recursos na UnB

A CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) marcou os depoimentos do diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília (UnB) Alexandre Lima e do presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Dias Henriques, para a próxima terça-feira, às 10h30. A audiência estava prevista para o dia 12, mas, por conta da votação do Orçamento, foi cancelada.

Lima prestará esclarecimentos sobre a liberação de R\$ 14 milhões para a Fundação de Apoio

ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Saúde, que recebeu verbas da editora para o Programa Identidade Étnica dos Povos Indígenas. “Que serviço uma fundação de saúde estaria prestando a uma editora, cuja função é editar livros?”, questionou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Antônio Manoel vai falar sobre as denúncias de uso de recursos públicos da Finatec, no total de R\$ 470 mil, para mobiliar o apartamento funcional ocupado pelo reitor da UnB, Timothy Mulholland.

## Alvaro teme que governo use CPI para desmoralizar o Congresso

Em discurso no Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, que procure o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, para buscar um entendimento visando evitar que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Cartões Corporativos seja utilizada “como um instrumento de desmoralização do Parlamento brasileiro”.

O senador supõe que o governo, ao tomar a iniciativa de criar a CPI mista, teve “o propósito de desmoralizar definitivamente um instrumento fundamental para a fiscalização pelo Poder Legislativo”. Ele também aproveitou para reiterar sua confiança na presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), qualificando-a como “uma mulher digna, honrada, competente e de boa fé”.

### Protesto

Em seguida, Marisa Serrano observou que, embora bastante gripada, manteve-se ontem à frente dos trabalhos da comissão. Ela ressaltou que em momento algum houve impasse capaz de prejudicar o andamento das atividades e que 23 parlamentares usaram da palavra “sem nenhum



Alvaro ressalva que Marisa “é mulher digna, honrada, competente e de boa-fé”

problema”.

A senadora, no entanto, protestou contra comentários que ouviu.

– Em duas reuniões, ouvi dizer que a CPI não avança, não presta, e a imprensa toda replicando isso, porque está ouvindo isso. Passa a idéia de que não se quer investigar nada. Se for assim, seria melhor que vossa excelência extinguisse essa CPI agora – sugeriu a senadora, dirigindo-se a Garibaldi, que presidia a sessão.

Em pronunciamentos posteriores, Romeu Tuma (PTB-SP), Valter Pereira (PMDB-MS), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mário Couto (PSDB-PA) manifestaram solidariedade a Marisa Serrano e confiança em sua competência.

## Marisa se diz indignada com críticas ao trabalho da comissão

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) demonstrou ontem, em Plenário, indignação com as críticas que a CPI Mista dos Cartões Corporativos, presidida por ela, vem sofrendo. Parlamentares de oposição se queixam do fato de a CPI mista ainda não ter posto em votação requerimentos de quebra de sigilo. A presidente explicou que a comissão só realizou duas reuniões até agora, que serviram para que senadores e deputados se inteirassem do objeto da investigação. Pedindo um pouco mais de paciência, ela lembrou que na quarta-feira da próxima semana a CPI deve votar “todos os requerimentos que tratam de sigilo”.

– Se, na quarta-feira, não houver o mínimo de entendimento, pelo menos tentamos. A CPMI tentou avançar, discutir, deu tempo aos pares para conhecer os problemas. Se uma comissão de inquérito, no primeiro dia, na primeira reunião, já é para ser extinta, então é natimorta, não deveria nem ter começado. Se deram início a uma CPMI, é

para dar, pelo menos, autoridade à presidente, de fazê-la andar pelo menos duas reuniões.

A senadora interpelou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre o encaminhamento a ser dado para a comissão:

– Isso me dá a idéia de que não se quer mesmo investigar nada. Se for assim, é melhor vossa excelência, como presidente, extinguir essa CPMI agora; ou esperamos a semana que vem para ver o que vai dar – sugeriu.

### Confiança

Garibaldi respondeu devolvendo a Marisa Serrano a prerrogativa da decisão.

– Quero reiterar a minha total confiança na presidência de vossa excelência. A minha missão com relação a essa CPI se esgotou na hora em que designei os seus membros. A CPI vai agora decidir por ela mesma e vai decidir sob o comando da presidente. E o Senado espera, confia e acredita que vossa excelência vai levá-la ao melhor destino, ao melhor rumo. Eu não tenho a menor dúvida – disse o presidente.

Presidente do Senado responde a questionamento de Arthur Virgílio: “Não fui só eu que recebi o recado que pode ter sido passado por Lula: o Congresso inteiro recebeu”

## “Ameaça” de Lula refere-se ao uso de MPs, explica Garibaldi

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), encaminhou requerimento solicitando informações ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, sobre possíveis “ameaças” que teriam sido feitas pelo presidente Lula, relativas à aprovação do Orçamento 2008, e questionando o fato de o PSDB não estar sendo ouvido na distribuição de relatorias de propostas do Executivo. O assunto já havia sido foco de debate entre ambos, na sessão da última quarta-feira, na qual foram trazidas à tona as discussões que ocorreram na tumultuada sessão que aprovou a proposta da TV Brasil.

Garibaldi afirmou que o requerimento do líder tucano era anti-regimental, não cabendo à Mesa, portanto, respondê-lo. No entanto, Garibaldi disse que, ao mencionar ameaças que teriam sido feitas pelo presidente, se referiu ao fato de Lula ter dito, conforme noticiou a imprensa,



Virgílio cobra da Mesa do Senado “reconhecimento do peso do PSDB”

e possivelmente autorizado seus ministros a reafirmarem, que, caso o Orçamento não fosse aprovado, assim como outras MPs que poderiam entrar na pauta, a culpa seria do Congresso.

– Não fui só eu que recebi o recado, que pode ter sido passado por Lula; o Congresso inteiro recebeu. Ele [Lula] afirmou em determinado momento que usaria a prerrogativa das MPs, e

não existe ameaça maior ao funcionamento do Parlamento que as medidas provisórias. Quanto aos portadores [das ameaças], eles se multiplicam, os próprios ministros de Estado, o ministro Paulo Bernardo [do Planejamento] – disse Garibaldi.

Sobre a razão de o PSDB não estar sendo atendido quanto ao rodízio de relatorias entre os partidos, tema acordado com Garibaldi quando tomou posse, o presidente respondeu:

– Ainda não tive a oportunidade de sentar com a oposição para discutir o rodízio de relatorias, mas lamento que vossa excelência tenha dito que não dialogaria mais comigo em meu gabinete. Eu até posso ir ao seu. O que eu gostaria é de manter a conduta e privilegiar a atividade legislativa.

Virgílio voltou a cobrar da Mesa “reconhecimento do peso do PSDB” e disse que falava em defesa do Plenário.

## Jucá busca entendimento com a oposição

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou em Plenário que a base do governo procurará entendimentos com a oposição e negou que tenha havido, na semana passada, “esperteza ou rolo compressor do governo” durante a votação da medida provisória que criou a TV Brasil.

– Naquela noite, eu estendi a mão ao entendimento. Mas eu

não podia ficar quieto vendo uma matéria importante, no entendimento do governo, ser rejeitada por conta de manobras para atrasar a votação. Eu não agi espertamente; agi de acordo com o regimento. Fomos para o embate democrático e o governo venceu. Como foi com a CPMF, quando o governo perdeu. Sem entendimento, iremos para o embate, dentro do regimento.

Jucá disse que vai defender o rodízio de relatorias de projetos nas comissões, mas levando em conta a posição da maioria, “como fazem os democratas na CCJ” e os tucanos nas comissões que eles presidem.

– Há rodízio, mas rodízio qualificado. Eventualmente, matérias prioritárias são dadas prioritariamente dentro do espaço político ocupado por um partido.

## Agripino cobra limites para edição de medidas provisórias

Ao apoiar reivindicação de Arthur Virgílio exigindo o estabelecimento de rodízio na escolha de relatores para as medidas provisórias (MPs), o líder do DEM, José Agripino (RN), defendeu o disciplinamento da edição de tais “projetos de lei com força de lei” pelo governo federal.

Referindo-se a compromisso assumido pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, de reformular o rito de tramitação das MPs no Congresso, Agripino disse que é fundamental condicionar sua eficácia à aprovação

do Congresso Nacional.

Agripino sugeriu que a eficácia da medida provisória seja submetida à aprovação de sua urgência, relevância e constitucionalidade pelas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, que se reúnem toda semana. Essas comissões, destacou o senador, devem ter como obrigação prioritária examinar se a MP é urgente ou relevante. Caso não seja, a MP cai sem ter eficácia.

– Duvido que o Palácio do Planalto vá continuar editando duas medidas provisórias por semana



José Agripino defende rodízio na escolha de relatores para medidas provisórias

– observou.

O senador criticou ainda o líder do governo, Romero Jucá, por haver solicitado, na semana passada, a retirada de uma MP que trancava a pauta visando antecipar a votação da TV Pública.





Ação do governo, afirma Flexa Ribeiro, cria imagem distorcida do estado

## Flexa lamenta paralisia no setor madeireiro no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) denunciou o que chamou de “paralisia generalizada” que vem deixando sem condições de trabalho cerca de 10 mil pessoas no setor florestal do Pará. Ele anunciou a realização de reuniões com empresários e trabalhadores para buscar a resolução do problema.

Flexa Ribeiro criticou a falta de ação do governo federal e a falta de interesse da Secretaria de Meio Ambiente do Pará para a aprovação de mais de 900 planos de manejo em áreas legalizadas da floresta. Ele também acusou a Polícia Federal de “pirotecnia”, com operações que têm por objetivo conter o desmatamento na região, como a de Tailândia, em que foram gastos R\$ 50 milhões. O momento, porém, segundo o senador, não é de extração de matéria-prima pela indústria madeireira, o que não justifica a operação e ajuda a criar uma imagem distorcida do Pará na imprensa.

– O governo deveria repassar os R\$ 50 milhões para reestruturar a Secretaria de Meio Ambiente – afirmou.

O parlamentar pediu ainda a inserção nos Anais do Senado do documento de compromisso com o setor florestal, assinado pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, no qual ela se comprometia a “garantir matéria-prima legal e sustentável com fortalecimento da economia local através do fomento à atividade madeireira; além do ordenamento fundiário, promovendo a titulação das terras”, entre outros pontos que, segundo ele, não estão sendo cumpridos.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que esteve em Altamira (PA) no último fim de semana, afirmou ter percebido “a ausência do Estado” no local. Ele disse ainda que os madeireiros sérios estão sendo prejudicados, e que o governo deveria mandar para lá técnicos especialistas em manejo em vez de mandar a polícia.

Para Garibaldi, com o envio do Orçamento, governo não terá razão para fazer remanejamentos por meio de MPs que iriam ocupar a pauta do Congresso

## “Governo não vai mandar medidas abrindo créditos”

O envio do Orçamento de 2008 ao Executivo, na opinião do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, deve barrar a edição de medidas provisórias sobre abertura de créditos. Dias antes, diante do atraso na aprovação do Orçamento, ministros do governo ameaçaram recorrer a MPs para garantir os recursos para a execução de obras consideradas prioritárias.

– O efeito imediato [do envio do Orçamento ao Executivo] vai ser que o governo não vai mandar medidas provisórias abrindo créditos. Quanto a isso, nós temos uma garantia dada pelos ministros do governo. Eles disseram que, aprovando-se o Orçamento, não teríamos uma enxurrada de medidas provisórias, que iriam ocupar a pauta do Congresso – disse.

Garibaldi ressaltou, porém, que o efeito será apenas temporário. Para ele, uma mudança efetiva na tramitação das medidas provisó-



Garibaldi, ao lado de Romero Jucá e Cláudia Lyra, encaminha Orçamento ao Planalto

rias depende da aprovação, pela Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que altera o rito de tramitação dessas matérias no Congresso.

– Essa PEC impede o trancamento da pauta e possibilita que o Congresso examine os critérios de urgência e relevância com objetividade, podendo inclusive devolver [a MP] ao governo

– destacou o presidente.

Garibaldi Alves reiterou sua disposição em contribuir para a promoção de mudanças na Comissão Mista de Orçamento.

– Vamos levar o Orçamento a ter um novo perfil. A comissão não vai ter mais a função que tem hoje. Mas isso ainda vai ser debatido com os líderes partidários – assinalou.

## Dornelles prepara um modelo alternativo de reforma tributária

O relator da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), vai apresentar no dia 27 a versão preliminar do relatório contendo uma proposta de reforma alternativa ao texto enviado pelo Executivo ao Congresso. O assunto vem sendo debatido desde abril de 2007 pela subcomissão, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a subcomissão já realizou oito audiências públicas. Governadores e prefeitos foram representados, nesses debates, pelos secretários das

áreas de Fazenda e Finanças. Pelo governo federal, participaram o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid. Foram ouvidos, ainda, empresários e especialistas no tema, tanto sob o enfoque econômico quanto jurídico.

### Fusão

A proposta encaminhada pelo Executivo em fevereiro, e que se encontra na Câmara, prevê um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) estadual e outro federal. O primeiro resulta da fusão das 27 legislações sobre ICMS. O



Francisco Dornelles deve apresentar à subcomissão, no dia 27, seu relatório

segundo agrega quatro tributos da União – Cofins, PIS, Cide e salário-educação. O Executivo manteve o IPI como segundo tributo baseado no princípio de crédito e débito, pois sua inclusão na mesma cesta do IVA federal prejudicaria o sistema de incentivos da Zona Franca de Manaus.

## CCJ da Câmara pode examinar proposta sobre tribunal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa hoje, às 14h30, requerimento do deputado Humberto Souto (PPS-MG) para que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

(CCJ) da Câmara examine a legalidade e a constitucionalidade de proposta que influi em prazos para comunicações e rotinas de trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na forma de um projeto de decreto legislativo (PDC 1/07), a matéria questionada pelo deputado é assinada pelo presidente da CMO, senador José

Maranhão (PMDB-PB). Ele apresentou a proposição diretamente à Mesa do Congresso, que a remeteu à comissão.

A CMO deve ainda examinar na mesma reunião relatório sobre as atividades do tribunal referentes ao terceiro trimestre de 2007. A reunião deve ser uma das últimas do colegiado com a atual composição.

## PSDB desiste da Comissão Mista de Orçamento

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comunicou que não designará senadores para a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que será renovada na próxima semana. Virgílio pediu ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, que não faça a designação em nome do PSDB, lembrando que ele só é obrigado a indicar senadores em nome dos partidos no caso de CPIs. O senador defendeu ainda o fim da CMO.

Na semana passada, Arthur Virgílio já havia retirado os representantes do PSDB na CMO em protesto contra os “métodos de trabalho da comissão”. A decisão foi tomada no auge das discussões sobre o Anexo de Metas e Prioridades do Orçamento de 2008 que teria recebido emendas individuais de apenas 95 parlamentares.

Virgílio lamentou que o Orçamento aprovado venha a ter gastos suspensos pelo governo, conforme noticiou a imprensa. Para ele, o Orçamento se transforma em peça de ficção, em que o governo libera verbas conforme seu interesse.

## Virgílio quer esclarecer oferta de áreas florestais

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou um requerimento solicitando informações à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em relação a denúncias divulgadas pelo jornal *Amazonas em Tempo* sobre anúncios na internet de venda de áreas da Floresta Amazônica, sob a alegação de comércio de créditos de carbono.

O senador revelou que um corretor intitulado Raimundo Nonato faz transações abertamente através de um *site*. Os anúncios são feitos “em condições de legalidade pouco claras”, disse. O requerimento questiona o ministério sobre as providências necessárias nesse caso.

Virgílio também condenou a Lei de Imprensa, que teve 20 dos seus 77 artigos anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro. O líder do PSDB assinalou que o atual governo “tem um viés autoritário e continua firme na idéia de atrapalhar a livre manifestação de idéias”.

– Por isso, eles tentam outros meios. A chamada TV pública, algo muito parecido com o cenário da Alemanha nazista, foi aprovada contra a vontade das oposições – afirmou.



Discursos alertam para escassez, poluição e necessidade de conservação e saneamento básico

## Senadores comemoram o Dia da Água

A preocupação com diversos aspectos relativos aos recursos hídricos no Brasil, como conservação, saneamento básico, escassez, poluição e até com a transposição de águas do rio São Francisco, marcou ontem os pronunciamentos dos senadores durante a comemoração, em Plenário, do Dia Mundial da Água – que transcorre em 22 de março. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1993. O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, também falou na sessão.

Autor do requerimento de homenagem, o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o principal problema do Brasil em relação ao assunto não é a escassez de água, mas, sim, a sua distribuição. Osmar lembrou que o país tem muitos recursos hídricos (12% da água superficial do mundo), como as águas dos rios amazônicos e as do Aquífero Guarani, contando com 12 bacias hidrográficas. Ele ressaltou a importância da ANA, frisando que a agência tem o papel de fiscalizar e orientar a aplicação da Lei das Águas (9.433/97), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Por sua vez, o senador João Pedro (PT-AM) citou um poeta amazônida segundo o qual “o rio comanda a vida”. Ele homenageou em especial o rio Amazonas: “Um caminho de cultura e de grande importância para toda aquela região”.

### Impacto

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a utilização racional da água. Disse que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da qual é presidente, está discutindo o tema e informou que o impacto das mudanças climáticas na gestão dos recursos hídricos vai ser assunto de destaque durante o 5º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em março de 2009, na Turquia.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a Amazônia brasileira deve ser bem administrada, para evitar possíveis “intervenções externas” na região. O senador disse que o país precisa também investir mais em pesquisas científicas e tecnológicas sobre a floresta e suas águas.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que “a água só não é mais importante que o ar que respiramos”. O senador lamentou que muitas crianças brasileiras ainda adoecem e morram por beberem águas contaminadas e

comentou projeto de sua autoria sobre a reutilização das águas servidas (PLS 411/07).

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que “a água é a metáfora da revolta da natureza contra o nosso modelo social e econômico”. Citou as enchentes que atingem anualmente o estado de São Paulo como exemplo dessa revolta.

### Investimentos

Ao final da homenagem, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, declarou que a “má distribuição da água afeta de forma dramática o semi-árido nordestino”. Ele defendeu mais investimentos em saneamento básico, o que acarretaria a redução dos gastos com saúde.

Também participaram da sessão o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Luciano Zica; o representante da ONU para a Agricultura e Alimentação (ONU-FAO) no Brasil, José Tubino; embaixadores, deputados federais, outros diretores da ANA; o presidente do Banco da Amazônia, Abdias José de Souza; e Bernardo Marcelo Brummer, do setor de Ciência e Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).



Garibaldi congratula o deputado Per Westerberg (à direita, sentado)

## Deputado e embaixadora da Suécia visitam o Plenário

O presidente do Parlamento sueco, deputado Per Westerberg, e a embaixadora da Suécia no Brasil, Annika Markovic, em visita ao Senado, participaram ontem da sessão que comemorou o Dia Mundial da Água. O parlamentar foi recebido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, após encontro com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Garibaldi louvou a presença do representante sueco, que busca intensificar os laços entre seu país e Brasil nas áreas de energia e meio ambiente. A visita, ressaltou o presidente do Senado, aconteceu no momento em

que a Casa debatia o que Garibaldi chamou de “o desafio da água”, que, em sua avaliação, é uma das grandes questões do mundo contemporâneo.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou Per Westerberg. Além de ressaltar as boas relações entre os dois países, Suplicy lembrou que a primeira conferência mundial sobre meio ambiente foi realizada na Suécia, em 1972.

Em seguida, os dois visitantes se retiraram do Plenário acompanhados do próprio Suplicy e dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



Papaléo Paes, entre Luciano Zica, José Machado (ambos à esquerda), Osmar, autor do requerimento de homenagem, e José Tubino, dirige a sessão

## Transposição do rio São Francisco gera debate

Durante a comemoração em Plenário do Dia Mundial da Água, alguns senadores abordaram o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Lembrando a audiência pública realizada no Senado em 14 de fevereiro, quando foi debatida a transposição, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a Casa realize outro debate sobre o projeto do governo. Ele aproveitou para convidar os dirigentes da ANA a participarem da nova discussão.

José Nery (PSOL-PA) também defendeu a ampliação do debate sobre a obra no São Francisco. Para o senador, as populações das áreas a serem atingidas devem participar da

discussão. Ele informou ainda que o uso da água no mundo praticamente triplicou desde 1950 e também reclamou da desigualdade na sua distribuição no Brasil. Nery chamou a atenção para o fato de a maior parte dos municípios brasileiros que não contam com abastecimento de água se localizar nas regiões Norte e Nordeste.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), declarou-se favorável ao projeto de transposição, argumentando que o Brasil deve evitar o desperdício de água usando os recursos hídricos disponíveis “com correção”. Para Agripino, as águas do Rio da Unidade Nacional “são suficientes

para atender a muito mais gente”. Enfatizou que os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba serão beneficiados pela transposição, pois passarão a dispor de “água segura”, e completou que a população nordestina que ainda sofre com secas é a que mais precisa de água no país.

### Campanha SOS H<sub>2</sub>O

A comemoração do Dia Mundial da Água serviu ainda para homenagear a campanha SOS H<sub>2</sub>O – Cada Gota Conta, que será lançada em 22 de março, pela ONU, com festividades na cidade de Foz do Iguaçu (PR), inclusive com *show* da cantora brasileira Maria Bethânia.

## Expedito critica operação do Ibama contra desmatamento

Em pronunciamento feito ontem em Plenário, o senador Expedito Júnior (PR-RO) lamentou a ausência de um plano de sustentabilidade ambiental para Rondônia, ao comentar a operação Arco de Fogo, executada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para conter o desmatamento na Amazônia.

– Não conheço nenhuma política do Ministério do Meio Ambiente voltada para a sustentabilidade da região amazônica, a não ser essa, da repressão e da fiscalização, que passa por cima de tudo, desconhecendo a história do nosso povo. Ai de Rondônia se não fosse o setor madeireiro, que aquece a nossa economia.

Em aparte, o senador Mário Couto (PSDB-PA) disse que a floresta precisa ser preservada, mas “não



Política ambiental para Rondônia é apenas a repressão, diz Expedito

punindo a todos, como se fossem todos iguais”. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) classificou a operação do Ibama como “teatral”.

Expedito Júnior também rebateu críticas feitas ao governador de Rondônia, Ivo Cassol, que, disse o senador, vem investindo recursos do próprio estado em obras de responsabilidade federal. Exemplos, afirmou, seriam o programa Luz para Todos e a conservação da BR-421 e da BR-429.